

Assentamento destrói Amazônia, diz deputado

11/3/98
OESA
258

A 11

Relatório do deputado Gilney Viana (MT-PT), que investiga a atuação das madeireiras asiáticas, acusa a reforma agrária de provocar um desastre ecológico na região

SANDRA SATO

BRASÍLIA - A investigação sobre a exploração de madeiras no Brasil por grupos asiáticos provocou uma crise entre o PT e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). O motivo é o relatório do deputado Gilney Viana (MT-PT), da comissão externa da Câmara que investiga a aquisição de extensas faixas de terras por grupos de madeireiras asiáticas. No documento, o deputado acusa a reforma agrária de ser um desastre ambiental para a Amazônia.

O Fórum Nacional da Reforma Agrária, encabeçado pelo MST, reagiu acusando o relator de cometer "uma série de equívocos" no documento apresentado na Câmara e em fase final de apreciação. A divergência acirrou-se com uma carta do fórum enviada antontem ao relator. "Causou-nos consternação diagnóstico daquele teor ter partido de um companheiro com longa trajetória de lutas em favor dos deserdados deste País", afirmam os autores do manifesto, defendendo a reforma agrária.

O MST e as entidades ligadas ao fórum querem que Viana reveja o texto

e retire o capítulo da reforma agrária do relatório. O pedido é endossado por um ruralista, o deputado Osmir Lima (PFL/AC), integrante da comissão. Para contornar a discussão, a comissão resolveu ontem reabrir o debate sobre o assunto, que incluirá uma audiência pública específica sobre reforma agrária na Amazônia e mais uma reunião interna para avaliar as sugestões do deputado Osmir Lima. "Aceito fazer outras mudanças, mas não vou tirar a reforma agrária do relatório", adiantou Viana. "Não é possível não conseguirmos encarar o MST e dizer que está equivocado", apoiou outro membro da comissão, Fernando Gabeira (PV/RJ).

"Do total de áreas destinadas para a reforma agrária em todo o País, 88,15% estão na Amazônia", segundo Gilney Viana. Segundo ele, o governo tem feito transferência de população empobrecida das Regiões Sul, Sudeste e Nordeste para a Ama-

zônia. "A reforma agrária transformou-se praticamente em um programa de desenvolvimento regional." O deputado afirma que os assentados, sem acompanhamento técnico ou ajuda financeira para produção, acabam explorando madeiras das áreas florestais dos assentamentos.

"Há uma conexão entre reforma agrária e atividades madeireiras", afirma o deputado. Gilney Viana defende que sejam proibidos assentamentos em áreas de floresta nativa, a não ser para "projetos de assentamento extrativista", nos quais o parcelamento das terras não seria permitido. Em casos "excepcionais" de desapropriação e assentamento na Amazônia, as áreas de mata nativa nas propriedades seriam consideradas Unidades de Conservação, sujeitas a proteção especial.

Críticas - O Fórum Nacional pela Reforma Agrária declarou-se perplexo com a "evidente falta de emba-

ramento técnico das conclusões". O MST e seus aliados ficaram irritados com o trecho do relatório em que o deputado diz que a "reforma agrária é tão predatória quanto os projetos agropastoris incentivados pela Sudam". O mo-

DADOS
SÃO
CRITICADOS
PELO MST

vimento rebate dizendo que, de 1927 a 1987, a reforma agrária envolveu, "no conjunto do território nacional", pouco mais de 28 milhões de hectares, enquanto o programa de colonização na Amazônia atingiu 11,6 milhões de hectares somente na década de 70.

O MST conta ter buscado ajuda do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para contestar os dados do deputado. Mas o próprio Inpe, na última divulgação sobre a devastação da Amazônia, concluiu que a reforma agrária é um dos principais responsáveis pelo aumento do corte indiscriminado da floresta.

O Inpe encontrou entre quase 60% da área desflorestada na Amazônia inúmeras propriedades de menos de 50 hectares, identificadas como agricultura descapitalizada. Desse grupo fazem parte os assentados em projetos de reforma agrária e agricultores levados por programas de colonização.

Relator admite reformular texto

SANDRA SATO

BRASÍLIA - Para proteger a floresta amazônica da ação predatória das madeireiras, o relator da comissão externa da Câmara que investiga a ação de grupos asiáticos, deputado Gilney Viana (PT/MT), fez propostas que, reconheceu ontem, foram exageradas. Ao comentar o relatório final da comissão que investigou a ação das madeireiras, Viana admitiu reformular o texto para suavizar medidas, como a moratória de desmatamento por dez anos e a proibição de queimadas na Amazônia a partir deste ano.

"Não desisti dessas metas, mas terão de ser atingidas progressivamente", explicou Viana. A nova posição foi forçada por inúmeras críticas.

Ele se convenceu de que, em algumas regiões, o fogo ainda é usado como única forma de manejo das culturas. Gilney Viana quer impor limites aos fazendeiros para desmatamentos e incêndios em áreas de suas propriedades.

No relatório, o deputado sugere

riu ainda que 10% da área total da floresta amazônica seja transformada em unidade de conservação de proteção integral, tal como parques nacionais, estações e reservas ecológicas.

Conservação - O deputado defende que todas as terras públicas federais sejam transformadas em unidades de conservação. "Esse artigo deve ser suprimido, caso contrário impedirá as cidades de crescerem", avaliou o deputado Osmir Lima (PFL/AC).

O relator quer ainda a proibição de qualquer atividade madeireira na Amazônia pelos próximos dez anos. Nesse período, o governo traçaria o zoneamento ecológico e econômico da região. Todas as madeireiras asiáticas e as demais transnacionais seriam submetidas a uma auditoria ambiental. As empresas exportadoras seriam obrigadas a só vender madeiras de fontes manejadas de forma sustentável, a partir do ano 2000. O relatório de Viana ainda vai à votação, sem data marcada.